



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

76ª REUNIÃO ORDINÁRIA

17 e 18 DE NOVEMBRO DE 2011

ATA

1 Às catorze horas do décimo sétimo dia do mês de novembro de dois mil e onze, no Auditório do
2 Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília,
3 Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
4 Deficiência/CONADE, sob a Presidência do Sr. Moisés Bauer Luiz. **Estiveram Presentes os**
5 **Conselheiros Governamentais Titulares:** Sra. Magda Hennes, Representante do Ministério das
6 Cidades/MCidades; Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, Representante do Ministério dos
7 Transportes/MT; Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira, Representante da Secretaria de
8 Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Thays de Souza Nogueira, Representante da
9 Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Sr. Evangel Vale dos
10 Santos Júnior, Representante dos Conselhos Estaduais; Sr. Ricardo de Oliveira Pedroso,
11 Representante dos Conselhos Municipais; Sra. Elyria Bonetti Yoshida Credidio, Representante
12 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS; Sra. Janaina Carneiro Costa
13 Menezes, Representante da Associação nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa
14 dos Direitos dos Idosos Pessoas com Deficiência/AMPID. **Os Conselheiros Governamentais**
15 **Suplentes:** Sra. Aline Camila Romão Mesquita, Representante do Ministério da Cultura/MinC;
16 Sra. Miriam Wimmer, Representante do Ministério das Comunicações; Sra. Ana Lúcia da Silva,
17 Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Nathalie
18 Albieri Laureano, Representante da Casa Civil da Presidência da República. **Os Conselheiros**
19 **Não-Governamentais Titulares:** Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação
20 de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da
21 Comunidade; Sr. José Antônio Ferreira Freire, Representante da Confederação Brasileira de
22 Desporto de Deficientes Visuais; Sra. Valdenora da Cruz Rodrigues, Representante do
23 Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase/MORHAN; Sr. Janilton
24 Fernandes Lima, Representante da Confederação Nacional do Comércio/CNC; Sr. Isaías Dias,
25 Representante da Central Única dos Trabalhadores; Sr. José Alcides Marton da Silva,

26 Representante da União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal
27 Credenciados/UNISERT; Sr. Joaquim Santana Neto, Representante da Ordem dos Advogados do
28 Brasil/OAB; Sr. Adnilson Marins dos Santos, Representante da Federação nacional das
29 APAEs/FENAPAE; Sra. Ester Alves Pacheco Henriques, Representante da Federação Nacional
30 das Sociedades Pestalozzi/FENASP; Sr. Domingos João Montagna, Representante da Federação
31 das Fraternidades Cristãs de Doentes e Deficientes do Brasil/FCD/BR; Rosangela da Silva
32 Santos, Representante da Federação das Associações de Renais e Transplantados do
33 Brasil/FARBRA; Sr. José Carlos de Oliveira, Representante da Federação Nacional de Educação
34 Integração de Surdos/FENEIS; Sr. Márcio Castro de Aguiar, Representante da Associação
35 Brasileira de Rúgbi em Cadeiras de Rodas; Sra. Vilma de Carvalho Sestaro, Representante da
36 Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down/FBASD. **Os Conselheiros Não-**
37 **Governamentais Suplentes:** Sr. Erivaldo Fernandes Neto, Representante da Federação nacional
38 das APAEs/FENAPAE; Sr. Marcos Antônio Gonçalves, Representante da Federação Nacional
39 das Avapes/FENAVAPE; Sra. Glauciane Costa Santana, Representante da Federação Brasileira
40 das Associações de Síndrome de Down/FBASD; Sr. Luiz Cláudio Pontes da Silva,
41 Representante da Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeiras de Rodas; Raimundo José
42 Rodrigues Monteiro, Representante da Federação das Fraternidades Cristãs com Deficiência do
43 Brasil/FCD/BR; Sra. Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira
44 de Autismo/ABRA. **Convidados e Observadores:** Sr. Marcos Castilho Carneiro, Representante
45 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro; Sra.
46 Melissa Bahia, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do
47 Estado da Bahia; Sra. Marcela Mottona, Representante da ACERGS/RS; Sra. Kelly Cristina S.
48 de Souza, Representante da ACAPORDE; Sr. Marcio Rodrigues, Representante da SPPD –
49 SEASDA; Sra. Helena Lima, Representante do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com
50 Deficiência do Estado do Piauí; Sra. Karina Leite Pedroso, Acompanhante de Conselheiro; Sr.
51 Luiz Carlos Bósio, Representante da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e
52 Mobilidade Reduzida do Estado de São Paulo/SP; Sra. Lisane Marques Lima, Representante da
53 Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social; Sr. Décio Gomes Santiago, Representante do
54 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Rio Grande do
55 Norte/RN; Sr. Márcio Ferri Dutra, Acompanhante do Conselheiro José Carlos de Oliveira,
56 Representante da FENEIS; Augusto J. C. Chagas, Acompanhante do Conselheiro Evangel Vale
57 dos Santos Júnior, Representante dos Conselhos Estaduais; Sra. Maria Auxiliadora S. Monte,
58 Representante da Federação das Fraternidades Cristãs de Doentes e Deficientes do
59 Brasil/FCD/BR. **Pauta:** 1) Abertura – Presidente do CONADE; 2) Aprovação da Proposta de
60 Pauta da 76ª Reunião Ordinária; 3) Informes da Presidência Ampliada; 4) Informes da Comissão

61 de Atos Normativos; 5) Informes da Comissão de Políticas Públicas; 6) Informes da Comissão
62 de Comunicação Social; 7) Informes da Comissão de Articulação de Conselhos; 8) Informes da
63 Comissão de Orçamento e Finanças; 9) Apresentação do Mecanismo de Revisão Periódica
64 Universal (RPU) pela Assessoria Internacional da SDH.

65

66 **DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2011**

67 **Abertura e Aprovação da Proposta de Pauta da 76ª Reunião Ordinária.** Verificado o
68 quórum por meio de chamada oral, o Presidente Moisés Bauer Luiz iniciou a reunião
69 cumprimentado e agradecendo a presença de todos. E, de imediato, passou à aprovação da
70 proposta de pauta da 76ª Reunião Ordinária do CONADE. O Conselheiro Marcos Antônio
71 Gonçalves sugeriu um período para discutir o Plano Governamental para a pessoa com
72 deficiência. Todavia, o Conselheiro Marcos Cordeiro de Souza Bandeira sugeriu que a avaliação
73 do Plano fosse remetida à próxima plenária e, nesse sentido, o Conselheiro José Carlos de
74 Oliveira apoiou esta proposição. No entanto, o Presidente defendeu a manutenção da proposta do
75 Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves. Com isto, a pauta foi aprovada por unanimidade, com a
76 inclusão do ponto sugerido. **Avaliação do Plano Governamental para a Pessoa com**
77 **Deficiência.** O Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves solicitou que o plano fosse
78 disponibilizado aos conselheiros no dia corrente. O Presidente referendou a proposta do
79 Conselheiro e solicitou que o plano fosse remetido aos conselheiros do CONADE até o término
80 daquela reunião. O Conselheiro Isaías Dias solicitou que todas as normativas assinadas também
81 fossem remetidas aos conselheiros. O presidente Moisés Bauer Luiz lembrou aos presentes que o
82 plano apresentado naquele dia tinha algumas modificações, inclusões e alterações com relação ao
83 apresentado ao CONADE no mês de setembro de 2011, portanto, o Conselho deveria solicitar
84 formalmente tanto o plano quanto os documentos normativos que foram assinados naquele dia
85 para que os conselheiros tomassem conhecimento e o CONADE pudesse voltar com a questão na
86 próxima Reunião Ordinária. **Informes da Presidência Ampliada.** O presidente Moisés Bauer
87 Luiz informou que a Presidência Ampliada se reuniu extraordinariamente no dia 1º de novembro
88 e novamente no dia 16 de novembro. Discutiu tornar público o chamamento para as conferências
89 municipais e, motivada por essa discussão, editou resolução para o chamamento das conferências
90 municipais e estaduais, com conteúdo já elaborado na 75ª Reunião Ordinária do CONADE, para
91 que as mesmas fossem elaboradas e organizadas. Informou que a Presidência Ampliada também
92 analisou o trabalho do GT para a Criação do Fundo Nacional da Pessoa com Deficiência e
93 Elaboração da Lei de Criação do Conselho. Lembrou que havia uma minuta acabada pelo Grupo
94 de Trabalho sobre o Fundo Nacional, porém, essa minuta não era ainda considerada acabada pela
95 Presidência Ampliada porque era preciso fazer ajustes e negociações com as pastas do Ministério

96 da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pois a proposta que tinha no
97 fundo era baseada em algumas renúncias fiscais por parte do Governo Federal e sem dúvida
98 alguma tinha que ser ajustado previamente com as pastas respectivas. Informou que foi
99 apresentada minuta de criação do Fundo, contudo, a Presidência Ampliada entendeu que a
100 minuta não estava pronta e a mesma continuaria em análise. Com relação à Lei de Criação do
101 CONADE, o Grupo de Trabalho entendeu que não se fazia necessário uma lei ordinária criando
102 e regulamentando o funcionamento, composição, atribuições do Conselho, visto que na lei de
103 criação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, desde 2003, aparecia
104 como integrante da estrutura base da secretaria o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
105 Deficiência. E a interpretação do Grupo de Trabalho, era de que não se fazia necessário uma lei
106 ordinária criando o CONADE, porque a lei que criava o CONADE era a Lei SDH/PR. Indicou
107 que a Presidência Ampliada entendeu melhor regulamentar o Conselho por meio de Decreto
108 Presidencial e que a Minuta do referido Decreto Presidencial seria apresentada na próxima
109 plenária do CONADE. O Conselheiro Isaías Dias solicitou que a minuta fosse enviada com
110 antecedência à CUT. Neste passo, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso também solicitou o
111 envio da minuta com antecedência à sua representação e defendeu que a lei de criação do
112 Conselho fosse de iniciativa do Legislativo. O Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro
113 também defendeu o envio da minuta com antecedência. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale
114 Tiné afirmou que caso não fosse possível a apreciação da minuta do Decreto na próxima reunião,
115 a mesma seria remetida para a reunião posterior. O Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves
116 ponderou que em função do redesenho do momento do país, valeria a pena no mínimo a
117 Presidência Ampliada estar mais próxima dos Estados, ouvindo e discutindo ações. Em seguida o
118 Presidente, Moisés Luiz Bauer encerrou os informes da Presidência Ampliada e seguiu com a
119 pauta do dia. **Informes da Comissão de Atos Normativos/CAN.** A Conselheira Janaina
120 Carneiro Costa Menezes informou que houveram apenas cinco processos relatados e apreciados.
121 CAN 319, falta de acessibilidade na Universidade Federal de Uberlândia. Requerente: Oziel
122 Nunes da Silva. Relatou a dificuldade que teve com a falta de acessibilidade com os cursos.
123 Despacho: oficial a universidade solicitando informações e se foi tomada alguma providência.
124 CAN 258/11. Requerente: Maria Aparecida Gurgel. Realização de mutirão de curatela. Parecer:
125 envio de cópia do parecer à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e Ministério
126 Público do Estado para que fosse atendido o estabelecido no código Civil. CAN 263/11.
127 Requerente Gilvan Santos Ferreira. Passe Livre para acompanhantes de pessoas com deficiência
128 carente. Parecer: Acompanhamento pelo Ministério Público e Defensoria Pública. CAN 312/10.
129 Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Acessibilidade de transportes públicos. Parecer: a lei já
130 existia, devia ser cumprida e acompanhada pelo Ministério Público. CAN 316/10. Requerente:

131 Daniele Caetano. Cadeiras para transportes de crianças de 0 a 7 anos. Parecer: O Conselho
132 Nacional de Trânsito/CONTRAN deve expedir resolução regulamentando melhor a matéria. O
133 Conselheiro Marcos Cordeiro de Souza Bandeira sugeriu a criação de um instrumento que
134 abarcasse o passe livre ao acompanhante da pessoa com deficiência. Para tanto, convidaria o
135 Coordenador da área do Passe Livre dentro do Ministério dos Transportes para então pensar
136 nessa alternativa. Com isso, a Conselheira Janaina Carneiro Costa Menezes acatou o proposto.
137 Destarte, o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné pôs em regime de votação o referido
138 relatório e, neste passo, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com a ressalva no tocante à
139 sugestão do Conselheiro Marcos Bandeira. **Informes da Comissão de Políticas Públicas/ CPP.**
140 O Conselheiro Erivaldo Fernandes Neto informou que a CPP debateu o Plano Nacional para a
141 Pessoa com Deficiência. Decidiu que os representantes apresentariam ações do plano na próxima
142 plenária do Conselho. CPP 97/11. Assunto Decreto 5.296, em apreciação. CPP 98/11. Moção de
143 Repúdio das assistentes sociais, em Apreciação. Isto posto, o relatório foi colocado em
144 apreciação. Não havendo nenhuma manifestação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.
145 **Informes da Comissão de Comunicação Social/ CCS.** CCS 05/2009. Verifica as deliberações
146 da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Parecer: Enviar ofício ao
147 Ministério da Saúde sugerindo a criação de uma campanha que atenda a deliberação da segunda
148 conferência, a fim de encerramento do processo. CCS 02/10. Plano Diretor da Campanha da
149 Acessibilidade. Não houve acréscimo no processo em relação a última reunião do CONADE.
150 CCS 01/2011. Análise e Verificação das publicações da Constituição Brasileira e Convenção
151 sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Envio de ofício a todas as editoras brasileiras
152 recomendando incluir nas suas publicações da Constituição Brasileira alusão à Convenção da
153 ONU como emenda constitucional. CCS 02/11. Análise do livro Legislação Brasileira sobre
154 Pessoas Portadoras de Deficiência, editado pela Câmara dos Deputados em 2010. Parecer: enviar
155 ofício ao centro de documentação e informações da Câmara dos Deputados parabenizando pela
156 iniciativa, mas alertando do equívoco e solicitando que futuras edições tragam a terminologia
157 correta. Também deverá ser solicitada reunião com representantes do CONADE, com a
158 Secretaria de Comunicação da Casa Civil da Presidência da República para tratar do assunto
159 terminologia para designar pessoas com deficiência, tendo em vista que tanto o site da Câmara
160 dos Deputados, como do Senado Federal não obedeciam preceitos da Convenção da ONU no
161 trato do assunto. CCS 03/11 Analisar o material de divulgação da Campanha da Acessibilidade.
162 Cadastramento dos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida integrantes do Programa de
163 Acessibilidade desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Encaminhamento. O
164 relator apresentou parecer conclusivo em 17/08/11 onde constava que os textos estavam de
165 acordo com a terminologia para designar pessoas com deficiência e as imagens no padrão

166 internacional de simbologia pessoa com deficiência. Parecer do relator: enviar ofício para o TRE
167 Ceará comunicando resultado da análise parabenizando a iniciativa. Em seguida encerrar o
168 processo. CCS 04/11 Solicitação do TRE do Ceará para formalizar convênio com o CONADE
169 para elaboração de cartilha destinada aos servidores da justiça eleitoral. Parecer: sugerir parceria
170 com o TER/CE, considerando que o CONADE não pode firmar Convênios. CONADE Informa:
171 Em pauta: Lançamento do Plano Nacional para Pessoas com Deficiência. Informes da Campanha
172 da Acessibilidade. Esteve presente na Fliporto, de 11 a 15 de novembro, em Olinda,
173 Pernambuco. CONADE participou em stand sem custos, onde estava sendo realizada a Fliporto
174 Digital. Teve como fruto entrevistas para a mídia local e a divulgação da Campanha da
175 Acessibilidade no âmbito da Feira, além de que todo evento cultural em Pernambuco havia a
176 previsão da acessibilidade. O Presidente ressaltou que durante o evento foi tratado o tema do
177 livro acessível. A Conselheira Valdenora da Cruz Rodrigues lamentou a falta de apoio da CCS
178 em grandes eventos nos demais estados, a exemplo do Sítio de Nazaré, no Estado do Pará. O
179 Conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso informou que seria realizado no dia 3 de dezembro do
180 corrente o evento chamado Cadeiraço. Com isto, questionou qual seria a possibilidade da
181 participação do CONADE através da Campanha da Acessibilidade e da disponibilização de
182 materiais pertinentes. Sugeriu convidar representante da cidade de Socorro, que desenvolvia
183 esportes radicais acessíveis, e possuía um hotel, denominado hotel dos sonhos. O Conselheiro
184 Raimundo José Rodrigues Monteiro apoiou a proposta do Conselheiro Ricardo de Oliveira
185 Pedroso, considerando extremamente benéfica. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné
186 esclareceu que o Conselheiro comunicasse os eventos e o que o mesmo necessitaria para realizar
187 a campanha da acessibilidade. Com isto, o relatório foi posto em regime de votação. Não
188 havendo manifestação contrária, o relatório da comissão foi aprovado por unanimidade. Não
189 havendo mais tempo hábil para apresentação de relatório de comissões, o conselheiro Roberto
190 Paulo do Vale Tiné suspendeu os trabalhos daquele dia.

191

192 **DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2011**

193 **Reabertura.** Verificado o quórum por meio de chamada oral, o Conselheiro Roberto Paulo do
194 Vale Tiné reiniciou a reunião cumprimentado e agradecendo a presença de todos. Informou que
195 foram publicados no Diário Oficial da União os decretos assinados no dia anterior pela
196 Presidente da República, Sra. Dilma Rousseff. O Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves
197 informou que se ausentaria da reunião, pois participaria, concomitantemente, da reunião do
198 Comitê Brasileiro de Tecnologias Assisstivas/CAT. **Informes da Comissão de Articulação de**
199 **Conselhos/CAC.** O Conselheiro Evangel Vale dos Santos Júnior informou que foi deliberado
200 realizar cinco encontros regionais, em detrimento do Encontro Nacional de Conselhos, diante da

201 escassez de recursos para a realização do mesmo. Isto posto, o Estado do Pernambuco realizaria
202 o encontro nos dias 1º e 2 de dezembro. O Estado do Rio Grande do Sul realizaria o encontro nos
203 dias 28 e 29 de novembro, representando a Região Sul. Na Região Sudeste, o encontro dar-se-ia
204 nos dias 12 e 13 de dezembro. Na Região Norte, o Estado de Rondônia informou que não havia
205 recursos disponíveis para a realização do encontro. Foi consultado o Estado do Pará, todavia, o
206 mesmo afirmou que não havia tempo hábil para a articulação do Encontro. Na Região Centro-
207 Oeste, não foi possível articular o encontro no Estado do Mato Grosso. Com isto, sugeriu que os
208 encontros dessas duas regiões tivessem prazos estendidos. Com isto, foi aprovado por
209 unanimidade prazos para a realização dos encontros até o final de fevereiro do seguinte ano.
210 Informou após a realização de Encontro dos Conselhos Estaduais em Fortaleza/CE nos dias 7, 8
211 e 9 de dezembro do ano corrente, sendo que o governo do estado arcaria com as despesas dos
212 conselheiros da sociedade civil. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso solicitou sua
213 participação neste encontro. Ao passo que o Conselheiro Evangel Vale dos Santos Júnior
214 ponderou pertinente a participação do Conselheiro. Com tanto, o Presidente submeteu ao
215 plenário critério de participação dos encontros, nos quais participariam o Coordenador da CAC,
216 representantes de conselhos estaduais, representante dos conselhos municipais e dois
217 conselheiros titulares da Região. Com isso, o Conselheiro Luiz Cláudio Pontes da Silva
218 questionou qual critério para a definição dos conselheiros e, na ausência do titular, se a suplência
219 seria contemplada. A Coordenadora-Geral do CONADE, Sra. Laissa Costa Ferreira, sugeriu que
220 os conselheiros da Região fossem de comissões temáticas distintas. Com isso, o Presidente
221 sugeriu como critério de participação dos conselheiros na seguinte ordem: proximidade
222 geográfica; o conselho fazer parte de conselho estadual ou municipal; e ser de comissões
223 distintas. Após, o Conselheiro Evangel Vale dos Santos Júnior informou que a Comissão trazia
224 como proposta as datas de 04, 05 e 06 de setembro de 2012 para a realização da Conferência
225 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Com tanto, solicitou referendo da plenária
226 para as alterações das datas das conferências municipais, estaduais e nacional. Não havendo
227 manifestação contrária, foi referendada a proposta. Informou que apresentou como proposta na
228 Comissão a necessidade de respostas aos questionamentos provindos de conselhos municipais e
229 estaduais. Com isso, a comissão criou respostas padronizadas às principais 20 dúvidas
230 provenientes dos conselhos. Ao passo que o Presidente afirmou que não haveria necessidade de
231 referendo do plenário nessa questão. Sugeriu à CAC a elaboração desta e posterior aprovação do
232 plenário do CONADE. Proposta esta acatada pelo Coordenador da CAC. Apresentou nova
233 estrutura da Composição da Comissão Organizadora da 3ª Conferência: Coordenação-Geral –
234 Presidência do CONADE; Dois representantes da SNP, um do CONADE, respeitando a
235 paridade. Comissão de Logística: três representantes da SNP e três do CONADE. Comissão de

236 Comunicação Social: Dois representantes do CONADE, sendo um destes, coordenador da
237 Comissão, e dois da SNPD. A Conselheira Ana Lúcia da Silva solicitou que fosse ampliada a
238 participação para a SDH, considerando as expertises de outras áreas. O Conselheiro Roberto
239 Paulo do Vale Tiné sugeriu que as comissões fossem denominadas subcomissões. O Presidente
240 sugeriu não restringir à paridade a indicação dos conselheiros do CONADE. Proposta esta
241 apoiada pelo Conselheiro Luiz Cláudio Pontes da Silva. O Conselheiro Ricardo de Oliveira
242 Pedroso solicitou que fosse acrescido mais um membro na Comissão de Logística, respeitando a
243 paridade entre SDH e CONADE. Neste sentido, o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné
244 apoiou a proposta. Ao passo que o Conselheiro Evangel Vale dos Santos Júnior informou que
245 houve um equívoco de digitação e, portanto, solicitou a retificação da proposta, retirando a
246 paridade da indicação dos conselheiros. Em seguida, o Presidente colocou em votação a previsão
247 de paridade ou não nas comissões. Deste modo, defenderam por maioria em votação 15
248 conselheiros, quatro entenderam não ser necessária a paridade e dois conselheiros se abstiveram.
249 Com isto, o Presidente colocou em votação a proposta de aumentar ou diminuir o quantitativo da
250 Comissão de Logística. Todavia, a Conselheira Ana Lúcia da Silva defendeu a supressão de dois
251 membros da Comissão de Logística, respeitando a paridade. Ao passo que o Conselheiro Ricardo
252 de Oliveira Pedroso retirou sua proposta anterior em acordo a esta última defendida e, diante
253 disso, houve consenso geral do plenário com relação à supressão dos membros da comissão.
254 Com tanto, o Presidente Moisés Bauer Luiz propôs a indicação dos conselheiros. Ao passo que a
255 Conselheira Ana Lúcia da Silva solicitou período de sete dias para posteriormente nominar os
256 conselheiros governamentais. Todavia, o Presidente considerou impossível, considerando que
257 era uma escolha eleitoral e, portanto, o prazo seria somente a próxima plenária e diante da
258 imperatividade da escolha da comissão organizadora naquela plenária. O Conselheiro Isaías Dias
259 propôs escolher os conselheiros governamentais por meio de votação e, posteriormente, em
260 segunda votação dar o direito ou não aos governamentais de substituição de algum dos
261 conselheiros governamentais. Neste passo, o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné ratificou a
262 proposta do Conselheiro Isaías Dias. Deste modo, o Conselheiro Evangel Vale dos Santos Júnior
263 retirou a candidatura da representação dos Conselhos Estaduais. Com isso, foram ratificados por
264 unanimidade dos presentes os nomes da Conselheira Elyria Bonetti Yoshida Credidio,
265 Conselheira Ana Lúcia da Silva e Conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso. Ato contínuo,
266 candidataram-se às três vagas da sociedade civil, a ABRC, FCD/BR, FBASD, UNISERT,
267 ABRA, FENAPAE, CUT e MORHAN. Todavia, foram eleitos por maioria em votação nominal,
268 respectivamente, a UNISERT, CUT e a FENAPAE. Após, o Conselheiro Evangel Vale dos
269 Santos Júnior informou que, diante dos dados divulgados pelo censo, quatro estados
270 apresentaram alteração no quantitativo populacional e, devido a isto, houve alteração no número

271 de delegados para as conferências, os quais: o Estado do Mato Grosso, passando de 14 para 20
272 delegados, Goiás e Santa Catarina, de 30 passando a ter 36 delegados, e o Estado da Bahia, que
273 de 60 passou a ter 74 delegados. Com isto, o número de delegados sofreu um acréscimo de 32
274 pessoas. Diante do exposto, o Presidente colocou em votação o referido acréscimo e o mesmo foi
275 aprovado por unanimidade. Após, apresentou a programação do Encontro dos Conselhos
276 Estaduais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que dar-se-ia no Estado do Ceará. Solicitou
277 também a presença das Conselheiras Janaina Carneiro Costa Menezes e Valdenora da Cruz
278 Rodrigues. Todavia, a Conselheira Janaina Carneiro Costa Menezes afirmou que teria agenda
279 concomitantemente ao evento. Deste modo, o plenário referendou o nome da Conselheira
280 Valdenora da Cruz Rodrigues. A fim de garantir a massiva participação dos Conselhos
281 Estaduais, o Presidente sugeriu que a SDH financiasse o deslocamento dos conselheiros
282 estaduais dos diversos estados. Ao passo que a Conselheira Ana Lúcia da Silva afirmou que a
283 proposta demandava análise da Secretaria para posterior resposta. Diante do exposto, o
284 Presidente colocou o relatório em apreciação e, não havendo nenhuma abstenção e nenhum voto
285 contrário, o relatório foi aprovado. **Informes da Comissão de Orçamento e Finanças/COF.** A
286 Conselheira Rosângela da Silva Santos informou que a comissão reuniu-se no dia 16 de
287 novembro do corrente e a COF analisou o plano de trabalho da Comissão para o ano de 2012 e o
288 Plano Plurianual 2012/2015. No item plano de trabalho da COF para o ano de 2012, a Comissão
289 encaminhou: Reiterar junto a SNPD a necessidade do envio mensal dos relatórios detalhados da
290 execução orçamentária/financeira da SDH, bem como, a contratação de assessoria técnica
291 especializada para suporte, inclusive, de eventuais esclarecimentos nas reuniões do CONADE;
292 Reiterar a solicitação conforme atas anteriores aprovadas pelo plenário sobre a participação do
293 CONADE na elaboração da proposta da Lei do Orçamento da União – PLOA 2012, bem como a
294 revisão da LOA 2011; e solicitar os relatórios de gestão da SDH, com o objetivo de se
295 acompanhar o desempenho dos programas e projetos da Política Nacional para Inclusão da
296 Pessoa com Deficiência. No item Plano Plurianual 2012/2015 a Comissão deliberou: Solicitar a
297 SNPD o envio do PPA 2012/2015 finalizado para o CONADE, e que o mesmo fosse apresentado
298 ao CONADE para apreciação e aprovação do Plenário. Apresentou ainda os encaminhamentos
299 pendentes da 75ª Reunião Ordinária do CONADE: Reiterar junto a SNPD a solicitação de
300 assessoria especializada (externa) para a COF na área de Orçamento e Financiamento para
301 subsidiar a COF e o CONADE no acompanhamento e avaliação da gestão e do desempenho da
302 Execução Orçamentária e Financeira da SDH; Solicitar os relatórios mensais da SDH sobre a
303 Execução dos Restos a Pagar do exercício 2011; Solicitar para a SNPD o Relatório Anual de
304 Gestão RAG/SDH/2010 da SDH; Que o Tema Orçamento e Financiamento fosse incluído nas
305 capacitações dos Conselhos Municipais e Estaduais do país; Elaborar Cronograma de Execução

306 de Metas Orçamentárias, junto a SNP/SDH. Por fim, a Comissão concluiu que os trabalhos
307 permaneciam prejudicados e sem condições de realizar o monitoramento e avaliação dos
308 programas e ações de competência da SDH, bem como as avaliações das matérias de sua
309 competência. Necessitava de assessoria técnica especializada para que subsidiar o CONADE nas
310 deliberações na área do orçamento e finanças, indicando as modificações necessárias à
311 consecução dos objetivos da política formulada para a promoção e defesa dos direitos da pessoa
312 com deficiência. Isto posto, o relatório foi aprovado por unanimidade. **Apresentação do**
313 **Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) pela Assessoria Internacional da SDH.** O
314 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné informou que a Assessoria Internacional da SDH não
315 poderia fazer-se presente. Deste modo, o Conselho remeteu esta pauta para a próxima reunião
316 ordinária do Conselho. **Assuntos Gerais. O Conselheiro Luiz Cláudio Pontes, informou que a**
317 **Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos do Brasil/ONEDEF,** estava sendo
318 reativada. Esclareceu que era uma entidade muito importante dentro do movimento das pessoas
319 com deficiência e naquela data, às dezenove horas se realizaria uma assembleia em São Paulo a
320 qual deliberava sobre a sua nova Diretoria, a sua nova coordenação, sobre sua reforma
321 estatutária. A conselheira Valdenora da Cruz Rodrigues informou o MORHAN estaria no dia 30
322 de novembro de 2011 em reunião com o Embaixador do Japão, pois este apoiava o Projeto
323 Nacional que o MORHAN estava lançando e que estava sendo trabalhado em todos os Estados
324 Brasileiros através de audiências Públicas, que buscava respaldo para apoiar o Projeto dos Filhos
325 Separados. Esclareceu que o projeto apoiava filhos que nasceram nos antigos Hospitais Colônias
326 e que foram separados dos seus pais devido a Hanseníase. O conselheiro Ricardo de Oliveira
327 Pedroso, registrou a realização na cidade de Mogi das Cruzes, São Paulo, dos jogos abertos do
328 Estado de São Paulo. A Conselheira Rosângela da Silva Santos informou que na segunda e terça-
329 feira, 14 e 15 de novembro respectivamente, participou de reunião da CIF e fez breve relato
330 desta reunião. O Conselheiro Isaías Dias informou que no Ministério do Trabalho foi constituído
331 Grupo do Trabalho Decente e dentro deste foi constituída subcomissão tripartite que discutia a
332 legislação dos trabalhadores com deficiência. Contudo, afirmou que o CONADE não participava
333 desta comissão e, com isso, sugeriu iniciativa do CONADE integrá-la. O Conselheiro Roberto
334 Paulo do Vale Tiné informou que, representando o CONADE, participou do Seminário
335 avaliando os 30 anos do ano internacional da pessoa com deficiência, 1981/2011, ocorrido em
336 Recife no dia 31 de outubro do ano corrente. No qual, participou de mesa redonda intitulada
337 Desafio de Implantar no Brasil a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O
338 Conselheiro Joaquim Santana Neto informou que representava o CONADE nos fóruns regionais
339 ocorridos no Estado do Piauí, ressaltando a relevância do Conselho em âmbito municipal e
340 estadual. **Avaliação do Plano Governamental para a Pessoa com Deficiência.** A Conselheira

341 Janaina Carneiro Costa Menezes destacou que o Plano Viver sem Limites não era obrigatório a
342 estados e municípios, disposto no Decreto que o regulamentou a adesão voluntária. Portanto,
343 sugeriu uma articulação dos conselheiros do CONADE para a adesão ao Plano. O Conselheiro
344 Isaías Dias afirmou que da última reunião para aquela houve modificações no plano e, segundo
345 ele, modificações negativas e, portanto, a CUT posicionava-se contrária à aprovação do plano. O
346 Presidente relatou seu descontentamento diante das alterações feitas no plano desde a sua
347 apresentação na 2ª plenária extraordinária. O Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro
348 afirmou louvável o plano e pontuou a necessidade de monitoramento das ações. O Conselheiro
349 Isaías Dias afirmou que o CONADE não aprovou o plano, o que foi expressamente dito na
350 cerimônia de lançamento do plano. O Conselheiro Joaquim Santana Neto sugeriu convidar o
351 grupo executivo que elaborou o plano. O Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro
352 destacou a necessidade do CONADE se posicionar. Assim como a Conselheira Janaina Carneiro
353 Costa Menezes defendeu o posicionamento do CONADE com relação ao plano, à educação
354 inclusiva e o financiamento de escolas especiais. Por fim, o Presidente pautou Acórdão do TCU
355 que recomendava aos órgãos do governo federal não celebrarem parceria ou convênio com
356 entidades que tinha representação nos respectivos órgãos colegiados. Portanto, sugeriu uma ação
357 conjunta com a SDH para garantir o melhor esclarecimento junto ao TCU. Ao passo que os
358 Conselheiros Raimundo José Rodrigues Monteiro e Roberto Paulo do Vale Tiné parabenizaram a
359 iniciativa do presidente e se dispuseram a auxiliar no possível. O Conselheiro Luiz Cláudio
360 Pontes da Silva afirmou que esta ação causava um precedente grave e poderia ocasionar o
361 esvaziamento dos órgãos colegiados. A Conselheira Rosangela da Silva Santos sugeriu que o
362 CONADE oficiasse ao TCU solicitando manifestação, no sentido de formalizar a legalidade que
363 estava propondo como recomendação. O conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso ponderou que
364 era realmente preciso o Conselho tomar uma posição e tentar regularizar a questão. Na sequência
365 o presidente Moisés Bauer Luiz se propôs verificar junto à Secretaria Executiva se já havia ofício
366 ou não ao TCU, e se não houvesse partiriam para ações no sentido de deliberar o referido ofício.
367 **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado o presidente Moisés Bauer Luiz agradeceu a
368 presença de todos e encerrou a reunião